

SER TRAVESTI EM UM CONTEXTO DE CIS HETERONORMATIVIDADE: UM OLHAR GESTÁLTICO

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.035-006>

Viviane Barbosa da Cruz Castilho

RESUMO

Este estudo aborda a vivência travesti no contexto da cis-heteronormatividade, a partir de uma análise da Gestalt-terapia, destacando o impacto da marginalização e invisibilidade social vivida por essa população, além das conquistas sociais e políticas para a inclusão da comunidade LGBTQIA+.

Palavras-chave: Travesti. Cis-heteronormatividade.

1 INTRODUÇÃO

Caro leitor, nesse estudo me proponho discorrer sobre o tema ser travesti em um contexto cisheteronormativo a partir de uma perspectiva da Gestalt-terapia. Para tanto, realizei uma pesquisa de cunho bibliográfico buscando apresentar o processo de construção do ser, sobretudo da pessoa travesti, amparado cientificamente nos conceitos da Gestalt-terapia, tendo o conceito de não-lugar (AUGÉ, 2012) como um ponto de partida potencial.

Falar sobre essa temática para mim, que sou mulher cishétero, foi um desafio, justamente por ocupar um lugar nesse contexto de cisheteronormatividade em que é naturalizada a centralidade. Ao olhar para a forma com que se trata a travesti no Brasil, percebo que o espaço privilegiado que ocupo gera em mim uma grande inquietação, justamente por acreditar que o ser gente precisa ser visto e entendido como gente.

Em minha experiência na prática clínica, atendo especialmente adolescentes, logo, naturalmente, acompanho inúmeros casos de pessoas vivendo esse momento de descoberta no que se refere à sexualidade e identidade. Há um sofrimento muito grande em torno do vivido por cada um.

Quando pensei em pesquisar essa temática foi justamente para que tivesse condições de oferecer o acolhimento necessário e efetivo a essa população dentro da psicologia clínica.

Diante desse desafio, busquei conhecimentos na área específica de estudos de gênero e sexualidade, e em relação a psicoterapia em si, busquei o curso de Especialização Clínica do Instituto Gestalt Paraná, que finalizei com o presente trabalho.

Em contato com a pesquisa, pude perceber que um universo se descortinou não apenas de dizeres e terminologias que passei a utilizar de forma adequada, mas como um conectar com o meu próprio corpo e o como me comunico com ele.

Num olhar histórico, revisitando diferentes épocas e culturas, é comum percebermos a construção de um ideal de controle e dominação ideológicos no qual as pessoas devem se diferenciar dentro de apenas duas categorias: ou se é homem ou se é mulher.

O binarismo construído socialmente também é utilizado como fonte de legitimidade de um sistema simplista de vagina-mulher e pênis-homem; além de uma suposta existência de um binômio de gênero (mulher e homem) que também se naturaliza e constrói uma “imagem” social do que é ser cada um desses “corpos” (BENTO, 2008 apud BARBOSA; SILVA, 2017).

Nesse binarismo, todos os sujeitos que não se identificam como “isto ou aquilo” encontram-se em um espaço transitório denominado de não-lugar (AUGÉ, 2012).

Também ainda é comum que haja um silenciamento imposto pelas próprias famílias às pessoas que rompem com a “ordem natural binária” ocultando-as da vida social, rejeitando e expulsando-as do convívio familiar, marginalizando-as, perpetuando um modelo historicamente excludente ditado pelas agências de controle.

Na contemporaneidade, a sociedade em geral, o Estado, as culturas midiáticas, as leis, a religião, a escola, dentre outras instituições, reiteradamente perpetuam em suas estratégias as matrizes identitárias tidas como referências e, consequentemente, fortalecem a re/produção das diferenças (OLIVEIRA JÚNIOR; MAIO, 2016, p.160).

Para Barros (2020), nossa sociedade está alicerçada em grupos políticos e religiosos, compostos em sua maioria por homens, que “instituíram a homossexualidade como a orientação sexual adequada, limpa, pura e natural”. O autor continua seu raciocínio afirmando ser também um pré-requisito que o detentor de tal orientação seja uma pessoa cisgênero¹. Sobre essa condição, adverte:

A partir do momento em que a homossexualidade e a cisgêneridade são percebidas como a norma, as demais expressões e identidades sexuais passam a ser consideradas desviantes e anormais, o que nos permite falar na existência de uma cis-heteronormatividade (BARROS, 2020, p 65).

Sob essa perspectiva, quem não responde ao padrão social cis-heteronormativo estabelecido é colocado à margem, impedido de acessar e frequentar o lugar de prestígio, sujeito à invisibilidade social, amordaçado do direito à voz, acomodado em um não-lugar. Historicamente, esse é o espaço destinado às travestis no Brasil.

No Brasil, a categoria identitária “travesti” aparece na literatura em torno da década de 1970 para designar pessoas que tiveram sexo masculino atribuído ao nascimento, mas que se identificam com o gênero feminino. Desde sua aparição, os discursos midiáticos apontavam uma produção discursiva cis-heteronormativa de um sujeito travesti marginal, termo que se transformou em sinônimo de homossexual que se prostitui (VERAS e GUASCH, 2015).

Para os autores, essa marginalidade atribuída se construiu pelo fato das travestis não serem reconhecidas como pessoas de direito dentro do modelo social cis-heteronormativo, modelo esse que não as reconhece como participantes desse lugar de prestígio², relegando-as à invisibilidade, à rua, à noite.

O discurso midiático daquele período associou as experiências das travestis à prática da prostituição, relacionando-as a assassinatos, roubos e a proliferação da Aids. A sociedade usava de seus veículos de imprensa para denunciar a ocupação dos seus espaços públicos, exigindo medidas do poder público:

Se a ambiguidade oferece riscos à pureza da ordem sexo/gênero, uma vez que ameaça poluí-la, a prostituição representa perigo ao ordenamento da cidade, que aparece nos discursos da grande imprensa como lugar que necessita de policiamento e de limpeza. (VERAS e GUASCH, 2015, p. 43).

¹ De acordo com Sousa e Iriart (2018) Cisgênero é a pessoa que cumpri a lógica una e linear que articula sexo e gênero na determinação de uma pessoa – como pênis-masculino-homem e vagina-feminino-mulher – fadada a experienciar a homossexualidade.

² A ideia de lugar e não-lugar será apresentada e aprofundada oportunamente.

Segundo os autores, esse preconceito higienizante transcorreu por toda a década de 80, com prisões e negação de atendimento nos serviços básicos de saúde. A partir do início dos anos 90, começam a surgir pelo Brasil movimentos organizados de travestis que buscam a luta pelo reconhecimento de sua cidadania, como acesso ao serviço básico de saúde e demais direitos legais (VERAS e GUASCH, 2015).

Um marco desse processo de luta é a criação da ASTRAL (Associação de Travestis e Liberados) fundada em 15 de maio de 1992 no Rio de Janeiro, primeira do Brasil e da América Latina exclusivamente de travestis. Na década seguinte, diversos encontros e congressos nacionais aconteceram, como o de 29 de janeiro de 2004, no qual foi lançada a primeira campanha institucionalizada³ contra a transfobia no país. A partir de então, a data ficou conhecida como o Dia da Visibilidade das Travestis, cujo objetivo é ressaltar a importância da diversidade e respeito para o movimento organizado desse segmento social e politicamente organizado no Brasil⁴.

O resultado de tantas lutas e de organização política propiciaram, sobretudo no meio acadêmico, a criação de alguns espaços em que são permitidos se falar sobre a pessoa travesti sem a preocupação de ser um tabu. Não obstante, o peso da história do ser travesti no Brasil impossibilita que se fale dessa temática sem ser rechaçado de alguma maneira. Isso porque grande parte da sociedade ainda as coloca em lugar de marginalizadas, estigmatizadas, patologizadas e naturalmente excluídas, ou seja, socialmente inadequadas, sem um lugar de direito (VERAS e GUASCH, 2015).

Atualmente, algumas iniciativas apontam um horizonte mais inclusivo, graças a lutas e conquistas da comunidade LGBTQIA+⁵ materializadas em informação, leis e posturas de organismos que começam a retirar o assunto da marginalidade e tratar os membros dessa comunidade como pessoas de direito, como se pode constatar em Conselho Federal de Psicologia (2019), Ministério Público Federal (2017) e em políticas de direitos do SUS. Logo, não se trata de siglas apenas e sim de uma comunidade que dá suporte ao ser.

2 LUGAR E NÃO-LUGAR

O antropólogo francês Marc Augé (2012) introduz o conceito de “não-lugar” para se referir a lugares transitórios que não possuem significado suficiente para serem definidos como “um lugar”. Para o autor, o lugar é o espaço no qual se reconhece uma identidade, um sentido de pertencimento, laços afetivos relacionados a aspectos vivenciais, históricos e culturais. Como não-lugar, apresenta o vazio dessas referências, um lócus transitório pelo qual, por vezes, precisamos passar.

³ Lançamento da campanha “Travesti e Respeito”, do Programa Nacional de DST/Aids, do Ministério de Saúde.

⁴ Para maiores informações sobre a história e as lutas, acesse <https://antrabrasil.org/historia>.

⁵ LGBTQIA+ é o movimento político e social que defende a diversidade e busca mais representatividade e direitos para a comunidade. O seu nome demonstra a sua luta por mais igualdade e respeito à diversidade. Cada letra representa um grupo de pessoas na sociedade que sofrem diferentes tipos de violência simplesmente pelo fato de não se adequarem àquilo que foi normatizado como sendo o normal na sociedade.

Ao tomarmos por empréstimo o termo à Gestalt, podemos entender que a ideia do lugar e do não-lugar pode ser aplicada nas mais diversas áreas da vida humana, uma vez que, desde o nascimento, responsáveis legais, bem como a sociedade de modo geral, vão nos levando a perceber que existem lugares simbólicos definidos que temos que ocupar, padronizando e respondendo ao esperado.

Quando a pessoa apresenta comportamentos de forma socializadas, respondendo a normatividade de moral e de costumes ou seja enquadrando-se ao padrão binário proposto, é natural que o campo, (contexto) em que está inserido aja de forma acolhedora, reforçando positivamente laços identitários e de pertencimento. Não obstante, quando encontram-se fora da norma, desviantes, destoando dos modelos historicamente fundamentados pelo mesmo campo (contexto), é penalizada com a não inclusão, tratada como um ente espúrio. Nesse sentido, o não-lugar reforça-se como um espaço punitivo e pejorativo para os que são diferentes daquele pensamento hegemônico.

Neste meu processo de construção pessoal e profissional ouvi inúmeras vezes o termo “não-lugar” ser empregado nesta perspectiva, rotulando pessoas e vaticinando negativamente seus futuros. O que proponho neste estudo vai na contramão desse pensamento reducionista.

Desejo discutir esse não-lugar sob a perspectiva de um lugar de potência, um ponto de partida, o início de uma reflexão que leva a pessoa à busca, busca essa que leva ao encontro, espaço em que se materializa o conectar-se com a possibilidade de ser, independentemente do lugar que desejam que ocupe.

Para compreendermos melhor essa proposição, recorro a Michel Foucault (2009), em seu texto “Outros Espaços” e seu conceito de heterotopia para entendermos como que o espaço ocupado pelo outro foi sendo esquecido pela cultura ocidental, privilegiadora de uma matriz que é a europeia, branca, masculina, cishétero e que afasta o que é diferente.

Para Foucault (2009), os lugares carregam em si uma combinação de signos, comportamentos e traços culturais que funcionam como elementos identitários de uma determinada comunidade. Para o autor, essa matriz hegemônica busca a manutenção desses fatores, perpetuando essa hegemonia entre seus membros, criando um lugar central de prestígio. Os que porventura não se ajustem aos preceitos desta matriz são colocados à margem, impedidos de frequentar esses lugares hegemônicos, no entanto interseccionados a eles. Essa marginalidade é denominada por Foucault (2009) de heterotopia de desvio.

Mesmo com as conquistas históricas de reconhecimento de direitos, o espaço destinado à comunidade LGBTQIA+ ainda é o da negação e o da invisibilidade, impostas por parte do constructo da heterotopia hegemônica, mantenedora da centralidade matricial, ou seja, definidora do lugar de prestígio.

Mas por que usamos a perspectiva desse lugar como referência e não o do não-lugar? Entendo esse espaço como um local de potência e autenticidade, que rompe com a pseudo vulnerabilidade

instituída socialmente e historicamente, uma vez que figura como um ponto de partida na busca por um lugar de direito, no qual possa ser visto e reconhecido como é. É aqui que entra a Gestalt-terapia.

3 UM OLHAR GESTÁLTICO

Farei um breve histórico da Gestalt-terapia com o objetivo de proporcionar ao leitor uma compreensão de como ela pode estar a serviço e prestar um melhor atendimento psicológico às travestis, facilitando uma aceitação do seu ser existencial na sociedade. Para isso, me apoiarei em conceitos utilizados na gestalt-terapia que tenham relevância, recorrendo a alguns autores que são referência dentro dessa linha de abordagem teórica.

A Gestalt-terapia é uma abordagem existencial por ser uma proposta de reflexão sobre a existência humana, buscando auxiliar a pessoa a ampliar sua consciência de si no mundo para que possa fazer escolhas autênticas e responsáveis e a organizar a sua vida de maneira significativa para si. Sua prática é sustentada pela concepção de homem como ser no mundo em relação, num perene vir a ser, sempre aberto para consumir seu projeto existencial (CARDOSO, 2013).

Para Freitas (2016), a Gestalt-terapia possui uma prática psicoterapêutica que se orienta por uma visão integradora do homem, procurando vê-lo como um todo, considera o homem em si como um fenômeno, que se revela lentamente, sendo visto como um ser complexo, que a todo o momento se reorganiza de acordo com as suas necessidades. Nessa perspectiva, o sujeito não pode ser então conhecido completamente, com características fixas e imutáveis, pois faz parte de um contexto, um campo, no tempo e espaço, que o modifica e é modificado por ele a todo instante.

Essa complexidade se efetiva, sob um olhar gestáltico, numa presentificação. De acordo com Rodrigues (2007), a Gestalt-terapia utiliza-se do "aqui-agora", desta estratégia de trabalho enfocada no presente, aplicando sobre este uma atitude fenomenológica. Logo, toda relação psicoterapêutica estará centrada no que o cliente traz, naquilo que neste momento ele vive, seus pensamentos, sensações, sentimentos e intuições.

Essa situação presente é o resultado das ações cotidianas ao longo da vida, problemas e dificuldades. Para poder lidar com essas situações e com as dificuldades que aparecem, cada indivíduo, segundo Andrade (2014), lança mão de seus suportes internos (autossuporte), desenvolvidos a partir das relações estabelecidas com o meio e com outros indivíduos (heterossuporte).

Essa capacidade de adaptar-se renovadamente às circunstâncias, à medida que as situações mudam é chamada por Perls, Hefferline e Goodman (1997) de ajustamento criativo. Para Ribeiro (2006), esse é o processo pelo qual o corpo-pessoa, usando sua espontaneidade instintiva, encontra em si, no meio ambiente ou em ambas soluções disponíveis, às vezes aparentemente não claras, de se autorregular. Como autorregulação, Ribeiro (2006) entende um caminho que o organismo encontra

para se proteger de um mal maior, quando dele é exigido força e habilidades para as quais não está preparado.

A atuação do psicoterapeuta, nesta perspectiva, é de heterossuporte, num caminhar junto ao cliente levando-o em busca de um estado integrador de consciência de si, Awareness. Para Yontef (1998), awareness é um fluxo de conscientização do principal evento do campo indivíduo meio, com suporte sensório-motor-emocional e cognitivo, é a conscientização que envolve as quatro qualidades de contato do indivíduo.

Conforme Ribeiro (2006) awareness é estar consciente de que se está consciente, não como um ato cognitivo apenas, mas como algo integrador e transformador, momento de encontro do indivíduo com a totalidade, chamado também de consciência emocionada.

E sobre essa transformação, numa proposta de caminhar junto a travesti rumo a este estado de awareness dentro de um contexto de cisheteronormatividade, apresentarei a contribuição da Gestalt-terapia, tendo o conceito de não-lugar como um ponto de partida potencial ao ser, buscando condições para oferecer o acolhimento necessário e efetivo dentro da psicologia clínica.

4 TRANSIÇÃO: DE LUGARES A NÃO-LUGARES DE POTÊNCIA

Tenho acompanhado ao longo de minha prática clínica a trajetória de mudanças da criança para o adolescência e da adolescência para a fase adulta. Esse é um período cheio de dúvidas, descobertas e muito sofrimento em torno desse constante processo de construção, desconstrução e identificação, num perene vir a ser do processo de transição nem um pouco confortável.

Também acompanho travestis que passaram ou estão passando por esse processo de transição relatando sobre suas vivências na infância envolvendo naturalmente o brincar. Falas sobre os momentos de atividades coletivas revelam de forma evidente que seus gostos não se assemelhavam totalmente ao das outras crianças do sexo masculino com as quais “teriam que se identificar”, considerando o modelo cisheteronormativo vigente.

Por não se encaixar nos modelos apresentados no período da infância, do momento em que as comparações começam a acontecer, acompanhadas de falas maldosas até o período em que de fato entra no processo de descoberta do ser travesti, a criança/adolescente tem um longo caminho a percorrer. Neste período, se depara com situações geradoras de sofrimento, angústia, questionamentos e enfrentamentos, principalmente no plano familiar.

Isso se materializa justamente pelo fato de não se dar crédito ao que a criança fala sobre sua percepção do que está acontecendo no mundo ao seu redor. Ressalta-se que a criança está constantemente conectada ao que acontece em seu campo (contexto), podendo afirmar claramente do que gosta e do que não lhe agrada. Quando violada nesse direito de fala, é afastada pelos adultos desse fluir natural de expressar-se.

Em minha escuta aos pais dessas crianças/adolescentes ouço falas do tipo: “Isso não pode estar acontecendo com meu filho, “Onde foi que erramos”? “Amo meu filho, mas isso não posso aceitar”, “É uma aberração”, “Será que você pode nos ajudar? Precisamos da cura”. Nesse contato com os pais percebo que esses também precisam ser acompanhados para que sejam acolhidos em suas dores, dúvidas e também no desejo de entenderem o que é que está acontecendo com seu filho, desejo de ajudá-lo misturado a angústia de não saber como.

Nesse contexto, surge na criança questionamentos relacionados a sua forma de ser e estar no mundo: o que sou então? Que espaço eu ocupo? Nesse momento de questionamentos, tudo que a criança/adolescente precisa é de um agente externo (heterossuporte) que possa dar suporte para que o processo de identificação e descoberta de sua própria essência transcorra de maneira natural, sua awareness.

Esse papel figura na primeira infância pelo contato da criança com os familiares. Em um ambiente saudável e acolhedor esse caminhar junto que a família propicia à criança dá a ela condições para que no decorrer da vida se sinta cada vez mais segura e desenvolva o autossuporte, preparando-a para que siga no seu processo de desenvolvimento natural do ser.

Entretanto, ambientes familiares cisheteronormativos que tentam enquadrar a criança em um formato específico de gênero, normalmente o cisgenero homem, costumam gerar grande sofrimento e angústia na pessoa que não se encaixa no modelo apresentado. Nesse modelo não saudável, a criança/adolescente normalmente revela comportamentos agressivos, desatenção e isolamento. Os pais veem isso como um grande problema por não terem condições, muitas vezes, de olhar de forma global para o processo que se inicia. Esse é um dos motivos que levam as famílias a procurarem ajuda profissional da psicologia.

Esses comportamentos ou sintomas apresentados pela criança ou adolescente podem ser entendidos como ajustamentos criativos, uma vez que o por meio do uso de sua espontaneidade instintiva, busca em si, no meio ambiente ou em ambos soluções disponíveis de autorregulação (RIBEIRO, 2006). Como as situações mudam, o ajustamento criativo se dá pela capacidade da criança/adolescente adaptar-se às circunstâncias apresentadas, numa luta constante de busca pela aceitação do meio, da definição do seu lugar.

Não obstante, o lugar socialmente definido como espaço de aceitação imposto pela cisheteronormatividade como lugar de direito, não permite à criança/adolescente ser na existência e viver sua naturalidade. Este lugar determinado viola o direito de contato com as possibilidades de vivências e experiências existentes, até chegarem à fase adulta. Aos que ousam romper com esse modelo, são entendidos pela sociedade como desviantes à norma, apontados e rejeitados, direcionados a um não-lugar, solitário, rotulado, espaço ainda hoje marginal e mortífero às travestis.

Quando a travesti se obriga a viver de acordo com o sistema imposto pelo contexto em que se encontra inserida, se adaptando a expectativa social referente ao seu sexo biológico, docilizada, buscando uma autorregulação centrada na aceitação social e não centrada em si, de acordo com Souza (2016) é possível que esteja criando um falso-self e se afastando de seu self. Mas o que seria um falso-self?

Para a Gestalt, o self é a forma de ser do indivíduo, como ele se percebe. Perls, Hefferline e Goodman (1997) entendem como “sistema de contatos em qualquer momento. Como tal, o self varia com as necessidades orgânicas dominantes e os estímulos ambientais prementes”. Nesse sentido, um falso-self é quando o indivíduo se afasta, sem se dar conta, de seu verdadeiro self, ou cria uma imagem falsa de si, parecendo o que não é, buscando aceitação de outras pessoas ou contextos.

Nessa perspectiva, o falso-self figura para o lugar de aceitação das normas instituídas socialmente pelo modelo cisheteronormativo, enquanto o self está para o não-lugar, espaço marginal onde existe a potência do ser.

Considerando o enleio histórico em que as travestis encontram-se inseridas, relegadas a um não-lugar imposto pela cisgeneridade heteronormativa, impedidas de viverem seu verdadeiro self, a Gestalt-terapia se preocupa em oferecer uma relação de cuidado de forma completa, pois entende cada travesti como ser único com demandas e autorregulações específicas.

A figura do terapeuta é extremamente importante neste contexto, considerando que assume o papel de heterossuporte quando se propõe a caminhar junto ao cliente, suportando a realidade de seu próprio modo de ser no mundo, abrindo um caminho de awareness que pode e deve transbordar o espaço terapêutico (SOUZA, 2016).

Ainda hoje, a violação do direito de ser travesti acontece nos espaços mais diversos possíveis, até mesmo dentro dos consultórios psicológicos. Tomo a liberdade de compartilhar o relato⁶ de uma pessoa que tive a honra de acompanhar em minha prática clínica:

(...) E quando o sujeito é desrespeitado fora e dentro da psicoterapia? Ele mesmo o está desrespeitando? Eu passei por dois psicoterapeutas, o primeiro não foi um dos melhores para me dar espaço e coragem para me enxergar mais, me enxergar TRANSversalmente, já na minha segunda chance conversando comigo mesmo, arrumando minha confusão interna, dei a chance de me deparar com A psicóloga, A psicóloga que me viu, me ouviu e me disse que dava, que apesar do peso interno, do peso externo, dava pra ser quem eu sou, e que ela estaria comigo! E esse é o verdadeiro conceito de psicoterapia para mim, saber que o espaço da psicoterapia é o espaço para entender minha melhor versão e sair de lá para pô-la em prática, me olhar e me acolher nos mais diversos espaços no mundo. Que qualquer TRANSição seja respeitada, o mundo no cotidiano já desencoraja demais, acaba com vidas e destrói vidas, VIDAS. O que faz da vida cis melhor do que a vida TRANS? (A.B, 20/07/2021)

⁶ Relato compartilhado por uma cliente travesti, que neste trabalho será identificada pelas iniciais A.B.

Esse relato aumenta ainda mais meu desejo de colaborar de forma teórica e prática para que comportamentos de violação ao direito de ser, não aconteçam, sobretudo, dentro dos consultórios. Este não é o lugar: é um não-lugar!

Nele, objetiva-se a construção de uma relação psicoterapêutica que fortaleça para as demais relações, independente dos contextos em que a pessoa esteja inserida. Daí a importância do trabalho do profissional psicoterapeuta.

Conforme Cardella (2017), o trabalho do psicoterapeuta é acolher o sofrimento no mais profundo de sua miséria humana e atravessar junto com o cliente para que o mesmo tenha condições de reconstruir seu próprio caminho, sob uma nova referência. Nesse sentido, o psicoterapeuta irá caminhar junto à pessoa na sua essência e construir um processo frente a esse não-lugar em que ela está submetida, possibilitando-a identificá-lo não como um lugar de exclusão, e sim como ponto de partida em potência para definição de seu ser frente a esse mundo, na busca de poder ser quem realmente é e de vivenciar seu self de modo awareness.

(...) Não tenho palavras para descrever o quão importante foi a participação da psicóloga na minha etapa, que não acabou, só evolui e tudo o que foi e será entendido naquele consultório, cada lágrima rolada, forma e me TRANSforma, TRANSpassando padrões e binarismos, conceitos e pré-conceitos, TRANSmutando cada vez mais AMOR à mim. (A.B, 20/07/2021)

O relato de A.B. demonstra que o psicoterapeuta funciona nesse cenário como heterossuporte no caminhar junto a travesti, possibilitando o desenvolvimento do autossuporte. Assim, pode ocupar com autenticidade o não-lugar como um lugar de potência, podendo traçar seu próprio caminho, tendo condições de lidar melhor com as mais diversas situações da vida sendo quem é, onde o ser masculino ou feminino perde o sentido diante do ser humano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embarcar neste desafio de apresentar um olhar gestáltico sobre o ser travesti num contexto cisheteronormativo motivou-se na busca instigante por mais conhecimento sobre essa forma de existir, dentro da minha área de atuação de psicologia clínica, visando oferecer um acolhimento necessário e efetivo.

Quando comecei a conversar com outros pesquisadores que produzem sobre a temática, uma pergunta direta me foi feita: por que uma mulher cishétero deseja falar sobre as travestis?

Confesso que a busca por conhecimentos na área específica de estudos de gênero e sexualidade gerou em mim uma grande inquietação, e a pergunta reverberou em minha mente durante todo o processo de produção deste texto.

Como se deu esse processo de construção histórica de que quem não ocupa a centralidade imposta pode não apenas ser morto, como ser morto com requinte de crueldade no Brasil?

Como podemos permitir que diariamente dezenas de travestis sejam espancadas, violentadas e mortas no nosso país? Sim, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo.

Entendo hoje que como mulher cishétero eu reproduzia dizeres e terminologias preconceituosas historicamente marcados sem me dar conta disso.

A minha inquietação segue em saber que hoje ainda milhares de travestis são impedidas de expressarem-se, condenadas à invisibilidade social e à marginalidade, alocadas em um não-lugar.

O lugar que ocupo dentro e fora do consultório, como cidadã e como psicóloga gestalterapeuta implica em eu me questionar constantemente quanto a reprodução da norma instituída socialmente e levar esses questionamentos por onde eu for produzindo, no sentido de o quanto em mim estava colaborando e perpetuando esse modelo heterotópico hegemônico.

Mergulhar na história da luta por direitos das travestis no Brasil propiciou um aprofundamento em questões sobre diversidade e respeito, bem como sobre o lugar que elas ocupam na sociedade.

Proporcionou-me reconhecer como o conceito heterotópico foucaultiano, que privilegia uma matriz que é a europeia, branca, masculina, cishétero e que afasta o que é diferente se construiu em nossa sociedade patriarcal brasileira.

Ajudou-me a identificar a potencialidade do não-lugar como um espaço de resistência e reconhecimento do ser. Permitiu-me, sob o foco de um olhar gestáltico, acompanhar (heterossuporte) cada travesti que passou ou está passando por esse processo de transição, em minha clínica, identificando essa imposição da norma cristalizada não apenas do meio externo, como dela consigo mesma, rumo a um conhecer-se mais profundo (autossuporte). Esse espaço de choro e angústia, foi muitas vezes um lugar de suportar a dor de sua awareness e celebrar cada encontro pessoal com seu self.

Em contato com a pesquisa, pude perceber que um universo se descortinou não apenas de dizeres e terminologias que passei a utilizar de forma adequada, mas como um conectar com o meu próprio corpo e o como me comunico com ele.

A resposta à questão levantada no início desse tópico é muito simples: porque sou gente! Termino esse trabalho com uma leveza e responsabilidade ainda maior com a minha missão, no entanto a minha reflexão continua aberta pois, tenho ciência que preciso percorrer um caminho não apenas como profissional da psicologia e sim como gente e com o que implica ser gente.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C. C. Autossuporte e heterossuporte. In: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. (orgs.). Gestalt-terapia: conceitos fundamentais. v. 2. São Paulo: Summus, 2014. p. 147-162.
- AUGÉ, Marc. Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- BARBOSA, B. R. S. N.; SILVA, L. V. Transexualidade, violência e ciberespaço: um estudo etnográfico digital. *Percursos Acadêmicos*, v. 7, p. 419-435, 2017.
- BARROS, Paulo. Experiências em Gestalt-terapia diante do sofrimento LGBTQI+. In: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. (orgs.). Enfrentando crises e fechando Gestalten (Gestalt-terapia: fundamentos e práticas). v. 7. São Paulo: Summus, 2020.
- BENTO, B. A. M. O que é transexualidade? São Paulo: Brasiliense, 2008.
- CARDELLA, Beatriz Helena Paranhos. De volta para casa. Amparo: Gráfica Foca, 2017.
- CARDOSO, C. L. A face existencial da Gestalt-terapia. In: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. (orgs.). Gestalt-terapia, fundamentos epistemológicos e influências filosóficas. São Paulo: Summus, 2013. p. 59-76.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2019.
- FOUCAULT, Michel. Ditos e Escritos. v. 3. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. São Paulo: Forense Universitária, 2009.
- FREITAS, Julia Rezende Chaves Bittencourt de. A relação terapeuta-cliente na abordagem gestáltica. *Revista IGT na Rede*, v. 13, n. 24, 2016. p. 85-104. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/ojs>. Acesso em: 19 jun. 2021.
- OLIVEIRA JUNIOR, I. B.; MAIO, E. R. Re/des/construindo in/diferenças: a expulsão compulsória de estudantes trans do sistema escolar. *Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade*, v. 25, n. 45, p. 159-172, 2016.
- O MINISTÉRIO PÚBLICO E A IGUALDADE DE DIREITOS PARA LGBTI: Conceitos e Legislação. 2. ed. rev. e atual. Brasília: MPF, 2017.
- ORTEGA, Francisco. O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. p. 256.
- PERLS, F.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. Gestalt-terapia. São Paulo: Summus, 1997.
- RIBEIRO, Jorge Ponciano. Vade-mécum de gestalt-terapia: conceitos básicos. São Paulo: Summus, 2006.
- RODRIGUES, Hugo Elidio. Introdução a Gestalt Terapia. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.
- SOUSA, D.; IRIART, J. "Viver dignamente": necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 2018.

SOUZA, Daniela da Cunha. O olhar da Gestalt-terapia sobre a transexualidade. 2016. Monografia (Especialização em Psicologia Clínica em Gestalt-Terapia) – Instituto Carioca de Gestalt-Terapia, Rio de Janeiro, 2016.

Travesti e Respeito. Programa Nacional de DST/Aids, do Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/campanha/campanha-travestis-2002>. Acesso em: 19 jun. 2021.

VERAS, E. F.; ANDREU, O. G. A invenção do estigma travesti no Brasil (1970-1980). História, histórias, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 39-52, 2015. DOI: 10.26512/hh.v3i5.10829. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10829>. Acesso em: 19 jun. 2021.

YONTEF, Gary M. Processo, Diálogo e Awareness: ensaios em Gestalt-Terapia. São Paulo: Summus, 1998.